

RECEITAS SAUDÁVEIS
HOJE GRÁTIS
2º DE 3 GUIAS — CASA



idealista
O portal imobiliário
líder em Portugal

Expresso

14 de maio de 2021
2533 • €4

Director: João Vieira Pereira
Directores-Adjuntos: David Dinis,
Martim Silva, Miguel Cadete e Paula Santos
Director de Arte: Marco Grieco

www.expresso.pt

24h

Costa reúne-se com João Lourenço e Filipe Nyusi
O primeiro-ministro reúne-se na terça-feira, em encontros bilaterais, com os Presidentes de Angola, Moçambique, Egito e Tunísia, à margem da Cimeira para o Financiamento das Economias Africanas. Na reunião de alto nível, que terá lugar em Paris, participam vários líderes africanos e europeus, incluindo o Presidente francês, a chanceler alemã e os primeiros-ministros espanhol e italiano.

Bélgica rejeita 10 de Junho de Marcelo
As autoridades belgas consideraram não ser oportuno, devido à pandemia, acolher

MARCELO REBELO DE SOUSA SOBRE A FESTA DO SPORTING

“Espero que aprendam. São todos responsáveis”

➔ Presidente da República **exige organização** para as finais da Taça e da Champions ➔ António Costa **segura Cabrita**, mas PS não quer passa-culpas ➔ Próximo cerco ao ministro é a **reforma do SEF** **P6**

Eanes lidera 28 chefes militares contra ministro

Com o antigo PR à cabeça, os ex-chefes de Estado-Maior assinaram uma carta violenta para os responsáveis da Defesa Nacional

“A perturbação provocada no ambiente das Forças Armadas obriga-nos a isto”, escrevem numa rara mensagem todos os ex-chefes militares (exceto um). Críticos do processo e do conteúdo da reforma Cravinho, dizem que o ministro lhes fez “ameaças veladas”, que há “menosprezo pela condição militar” e “interesses” nos negócios da Defesa. **P14**

Governo avança com fusão de organismos do Estado

Equipa vai estudar sobreposições na Administração Pública e propor uma reforma. Costa prometeu a Bruxelas resultados em 2022

O Governo prometeu no PRR entregue em Bruxelas lançar uma reforma funcional e orgânica da Administração Pública. A ideia, confirma o ministério ao Expresso, é “obter ganhos de eficiência” através da “fusão de alguns organismos, da centralização de determinadas funções” ou na otimização de processos. Os sindicatos não foram ouvidos. **P12**

PRR

Marcelo quer regionalizar a 'bazuca'

Pensamento do PR sobre regionalização evoluiu. Para já, pede **desconcentração de poderes** para as CCDR

ÂNGELA SILVA
e ISABEL PAULO

Marcelo Rebelo de Sousa quer forçar o Governo a desconcentrar poderes do Estado central para as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), para já a pensar na execução dos milhões que vão chegar de Bruxelas. O pensamento do Presidente sobre regionalização tem vindo a evoluir, e esta semana, de visita ao Minho, o PR assumiu que depois das autárquicas o tema "deve ser debatido".

A justificação do Presidente para este inesperado recolocar do tema na agenda é a execução da 'bazuca'. Preocupado com o excesso de centralismo na gestão dos fundos (para mais com uma estrutura de acompanhamento e fiscalização que considera excessivamente difusa), Marcelo foi claro: "Uma das lições da

pandemia [...] é que vai ser preciso haver uma instância de poder entre o poder central, municípios e comunidades intermunicipais (CIM), o que recoloca o debate sobre a regionalização", afirmou. Ao que o Expresso apurou, para o Presidente a lei negociada entre PS e PSD e que recentemente permitiu que os presidentes das CCDR passassem a ser eleitos de pouco serve se não for seguida de uma outra lei que delegue competências nestas estruturas regionais. E é isso que ele quer forçar, motivado pelas recentes conversas que teve com os presi-

António Cunha, líder da Comissão do Norte, confirma ao Expresso que o Governo não ouviu as CCDR sobre o PRR

dentos das cinco CCDR e pela convicção de que é preciso distribuir o poder para melhor controlar os gastos. As CCDR queixaram-se, aliás, ao PR de nem sequer terem sido ouvidas sobre o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que irá ser posto em marcha com os fundos europeus.

Regionalizar sem referendo

Curiosamente, alguns autarcas que sempre foram regionalistas entendem agora que, com os dinheiros de Bruxelas prestes a chegar e com prazos curtos para os executar, não é altura de perder tempo a relançar o debate da regionalização. E quando esta semana ouviu o presidente da Câmara do Porto a dizer isso mesmo, Marcelo começou por concordar, mas avisou logo de seguida que depois das autárquicas há que reabrir o dossiê. Para o

Presidente, sabe o Expresso, é absurdo que um presidente de uma CCDR, mesmo eleito, tenha menos poder do que um diretor-geral em Lisboa, ou que veja passar-lhe completamente ao lado a cadeia de comando entre os diretores regionais das diversas áreas (Saúde, Educação ou Cultura, por exemplo), que apenas respondem aos respetivos ministérios. Sensível aos que defendem que as direções regionais deveriam passar a coincidir geograficamente com as CCDR, que, por sua vez, deveriam ver as suas competências reforçadas por uma transferência de poderes do Estado central, o PR está a abrir espaço para esta discussão.

A prazo, isto teria como resultado que as cinco CCDR se tornariam numa espécie de regiões naturais, sem se assumir uma regionalização pura e dura, coisa que Marcelo disse e repetiu na campanha eleitoral

que nunca seria possível sem um referendo. E sabe que o Governo não quer reabrir este dossiê nesta altura, mas no segundo dia do Norte voltou a dizer que depois de ouvir as CCDR tentaria ouvir as CIM. Mais um sinal claro de que não tentaria desistir de forçar o poder sediado em Lisboa a contar com os poderes locais não só para executarem obra, mas para terem uma palavra decisiva na execução da 'bazuca'.

CCDR não foram ouvidas

António Cunha, líder da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, adianta ao Expresso que o PRR e a descentralização foram os temas da reunião com o Presidente, na quinta-feira, dia 6 de maio, duas questões já debatidas no Conselho Regional do Norte e entre entidades intermunicipais da região. O ex-reitor da Universidade do

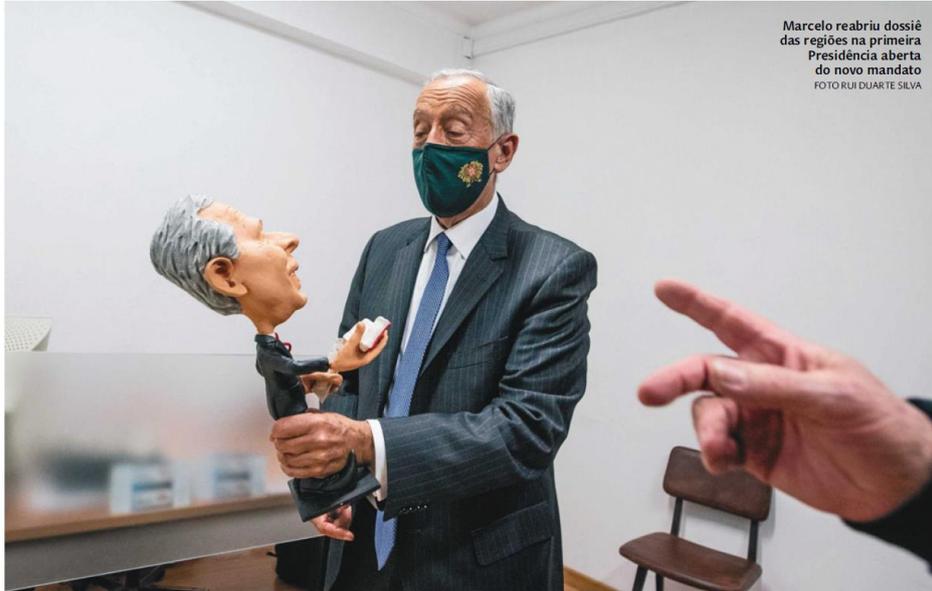
Minho confirma que as CCDR não foram ouvidas na elaboração do PRR, mas agora prefere olhar para a frente as críticas ao Plano "fechado" e entregue em Bruxelas. "Há que ser pragmático. Se gostaria que o processo tivesse sido desenvolvido de forma menos centralizada, claro que sim", diz, salientando que o importante agora é garantir que a aplicação e execução dos fundos no terreno seja feita "de forma mais descentralizada".

"As CCDR, as CIM, as autarquias, ou seja, quem conhece melhor do que ninguém a região, têm de ser autores da gestão local do PRR, sob pena de os fundos não serem executados na totalidade", afirma António Cunha. Se do PRR podiam constar outros projetos, não tem dúvidas de que sim, "mas o que conta é o que lá está", acrescenta. "A execução vai correr bem ou mal em função de gestão que vier a ser feita, e já está provado que sem gestão de proximidade os fundos não são aplicados em tempo útil", diz, confessando ser este um "dos maiores temores" das CCDR.

O curto espaço de tempo para a execução do PRR — "tudo tem de estar decidido até 2023 e gasto até 2027" — é outra das preocupações dos líderes locais, que não querem "perder outra oportunidade" de ajustar os fundos estruturais às necessidades territoriais. Já retomar a agenda da regionalização, "evolução mais ambiciosa e alargada", é para o líder eleito (pelos autarcas) da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte um processo político encarado como "o caminho seguinte ao reforço dos poderes das CCDR" preconizado por Marcelo.

Sem revelar o que foi dito à porta fechada na "reunião particular", também António Cunha da Silva refere que a posição do Presidente vai ao encontro do que preconiza "há muito tempo": a territorialização dos fundos. "Só com um maior peso local na decisão e gestão dos investimentos será possível que o PRR seja aplicado em todo o país", diz o presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, que na sua região quer ver os fundos "executados completamente, o que está longe de acontecer num processo demasiado centralizado".

asilva@expresso.imprensa.pt



Marcelo reabriu dossiê das regiões na primeira Presidência aberta do novo mandato
FOTO RUI DUARTE SILVA

PRR esconde fusão e concentração de serviços do Estado

Reforma funcional e orgânica da Administração Pública arranca até junho. Sindicatos dizem que não foram ouvidos

É só ao fim de mais de 1400 páginas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que se atinge o verdadeiro alcance da "reforma funcional e orgânica da Administração Pública (AP)" que o Governo português prometeu a Bruxelas arrancar de imediato, sob pena de não receber os cheques da 'bazuca' europeia.

"A reforma iniciar-se-á no segundo trimestre de 2021, com a criação da Estrutura de Missão, prevendo-se a entrega de um

relatório técnico de diagnóstico e definição das alterações orgânicas e funcionais até ao segundo trimestre de 2022. Até ao final do quarto trimestre de 2022, prevê-se a aprovação do pacote legislativo que aprovará as alterações orgânicas a introduzir, prevendo-se ainda a concentração física dos organismos que forem definidos num único local até 2023", lê-se a meio do 19º capítulo do PRR dedicado à "Transição digital da AP".

É a ministra da Administração Pública, Alexandra Leitão, que cabe nomear a Estrutura de Missão, incluindo uma "comissão técnica de seis especialistas de reconhecido mérito"

que terá um ano para fazer "um relatório técnico que definirá um diagnóstico e o racional estratégico subjacente à reorganização do Estado". Lá estarão "os organismos que se deverão criar, extinguir ou reorganizar".

Fonte oficial deste ministério confirma que o projeto de diploma já está em preparação. "Espera-se que esta reforma se venham a obter ganhos de eficiência no funcionamento dos organismos da Administração Pública, podendo resultar da fusão de alguns organismos, da centralização de determinadas funções ou simplesmente da reengenharia de processos no sentido da sua otimização. Assim, o objetivo não é poupar, mas sim utilizar melhor os recursos."

A reforma tem por alvo os "organismos da AP em geral e respetivos trabalhadores e dirigentes" e resultará na "concentração dos gabinetes ministeriais e de organismos da AP num único espaço físico/edifício". Tal implica "alterações legislativas que implementem as alterações

orgânicas", podendo "englobar a fusão, extinção ou criação de estruturas" a três níveis: ao nível dos "serviços comuns de suporte ao edifício", como gestão de instalações, limpeza, segurança, arquivo, relações públicas e comunicação social;

ao nível dos "serviços partilhados de suporte à atividade governativa", como centros de competências; e ao nível dos "serviços de missão", como as direções ou inspeções-gerais. O pacote legislativo terá de ser publicado antes de 2023.

Foi Bruxelas que recomendou "prioridade a despesas favoráveis ao crescimento, reforçando simultaneamente o controlo de despesa". O Governo admite

Governo preste a nomear equipa que fará "um diagnóstico e o racional estratégico para reorganizar o Estado"

"dispersão e redundâncias nos serviços da Administração Central do Estado" com serviços "que tendem a repetir-se em cada um dos ministérios".

Note-se que 85% da atual explicação não constava da "meia página" que o Governo dedicou em anteriores versões do PRR. Mas, quando questionado, o ministério rebate que já constava do PRR colocando em consulta pública e que o Programa do Governo previa "a importância de desenvolver uma análise organizacional sistemática da Administração Central do Estado que, nomeadamente nos momentos de criação, fusão, reestruturação e extinção de serviços públicos, assegure uma visão global das estruturas e modelos de gestão, para identificar oportunidades de otimização de estruturas orgânicas". Isto sem mais detalhe.

Os sindicatos da Administração Pública garantem ao Expresso que nada lhes foi apresentado pelo ministério de Alexandra Leitão. "Não fala-

ram conosco", diz José Abrão, da FESAP (afeta à UGT). O sindicalista manifesta "preocupação", porque "qualquer reforma deste tipo deve ser discutida com as organizações sindicais" e dada "a postura do Governo de negociação de faz de conta". Também Sebastião Santana, coordenador da Frente Comum (afeta à CGTP), confirma que "nada foi negociado". "Nada foi discutido ou negociado", diz-se preocupado por não saber o que acontecerá aos trabalhadores. "Exigimos ver propostas concretas, negociações do STE (afeto à UGT), não destoa: "reestruturação e ocupação-nos." E lembra que "todos os Governos têm uma reforma na AP para fazer. Mas o que resulta normalmente depois é mais umas organizações com nomes diferentes, que fazem o mesmo, mas onde se colocam umas clientelas paritárias".

JOANA MATEUS
e SÓNIA M. LOURENÇO
slourenco@expresso.imprensa.pt